

Boletim das Finanças Estaduais

Exercício de 2022

6º bimestre

Este boletim foi desenvolvido com base no Relatório Resumido de Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal, ambos previstos no Art. 48 da LC 101/2000 e elaborado pela Assessoria Técnica de Economia (ATE/SEFA-PR) do Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda do Paraná.

Seu objetivo é promover um acompanhamento bimestral das finanças públicas das Unidades Federativas de maneira integrada e avaliar o desempenho fiscal do Paraná frente a estas.

SUMÁRIO EXECUTIVO – FOCO PARANÁ

No exercício de 2022, a receita corrente bruta do estado do Paraná atingiu R\$ 80,2 bilhões, um avanço real de 5,8% frente ao ano anterior. Dessa forma, a receita líquida total do PR alcançou R\$ 65,3 bilhões, crescimento real de 7,9% em relação a 2021. Apesar de não figurar entre os maiores avanços de receita no Brasil, o estado foi capaz de se destacar com o segundo maior resultado orçamentário entre as UF (R\$ 6,6 bilhões) – ficando apenas atrás de São Paulo, cuja a arrecadação é 4,5 vezes maior que a do Paraná.

A despesa total empenhada, por sua vez, elevou-se, a preços de bens e serviços, 1,6% em 2022. O crescimento real de 5,4% das despesas correntes foi contrabalanceado pela queda, também real, de 17,3% das despesas de capital, mesmo com o crescimento de 34,1% dos investimentos no estado. Cabe destacar que a significativa queda nas despesas de capital foi em virtude da amortização da dívida com a Copel, ocorrida em 2021, e influenciou significativamente na variação agregada das despesas.

Portanto, o crescimento consistente da receita total aliado a uma administração eficiente da despesa total, propiciaram ao estado do Paraná a obtenção de resultados fiscais robustos em comparação ao tamanho da arrecadação do estado e uma posição de relativo destaque perante os demais entes da federação. **A gestão diligente da política fiscal no Paraná permitiu que, mesmo com as restrições impostas às receitas dos estados em 2022, o estado iniciasse um novo ciclo de governo com perspectivas favoráveis para a sustentabilidade das contas públicas nos anos subsequentes.**

1 RECEITAS CORRENTES BRUTAS

As **receitas correntes brutas** das Unidades Federativas registraram avanço real de 3,9% em 2022, ante um crescimento real de 12,1% em 2021. A região **Norte** (+10,0%) foi a única a apresentar aceleração na receita corrente em relação a 2021. A região **Sul (ex-PR)** (-0,8%), foi afetada pela queda real das receitas correntes no Rio Grande do Sul (-9,1%).

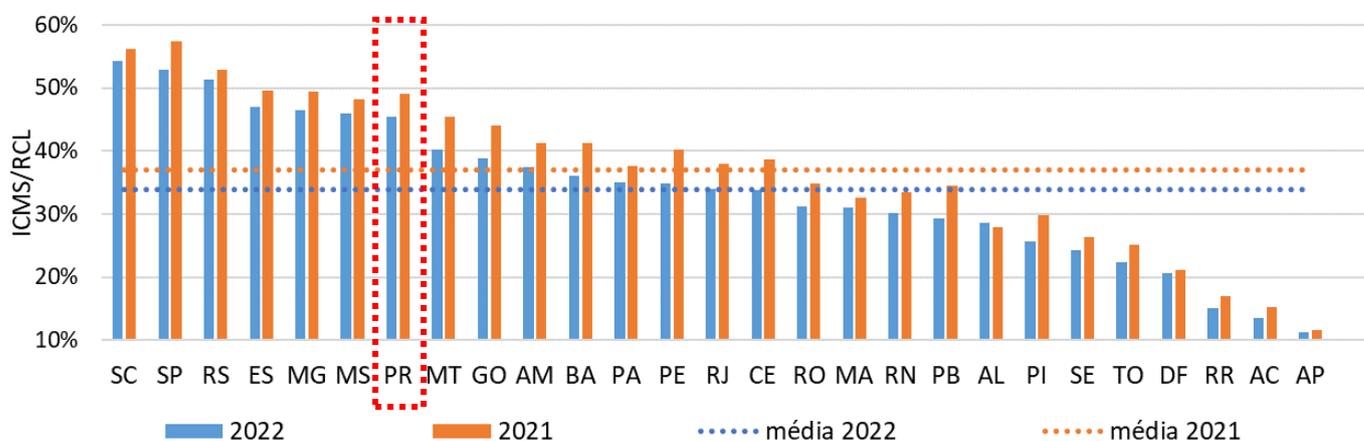
No **Paraná** (+5,8%), o crescimento das receitas correntes foi impulsionado pelo incremento real de R\$ 2,6 bilhões nas *receitas patrimoniais*, decorrente de *rendimentos de aplicações financeiras* (+212,6%, Δreal).

A queda real nas **receitas tributárias** de 0,7%, a nível nacional, foi acompanhada por maioria (15) das 27 UFs. A região **Norte** (+5,4%) assinalou avanço na receita tributária devido ao desempenho do Pará (+16,4%). Enquanto a região **Sul (ex-PR)** apresentou queda de 4,1% em decorrência da variação do Rio Grande do Sul (-12,6%).

Regionalmente, a variação acumulada em 12 meses da RCL permite uma análise do quadro das receitas no **Sul**. No Paraná (+6,8%), houve desaceleração na RCL frente a 2021, enquanto Santa Catarina (+12,8%) assinalou o maior crescimento local. O Rio Grande do Sul registrou variação negativa de 13,9%.

O ICMS líquido, como razão da RCL, caiu 3,6 p.p. em 2022 em comparação com 2021. A queda é explicada pelo aumento de 5,2% na RCL das UFs em 2022 e pela redução na arrecadação de ICMS bruto no mesmo ano de 3,1%. No Paraná, houve recuo na relação ICMS / RCL de 3,6 p.p. no exercício de 2022.

ICMS líquido**/RCL – acumulado no ano



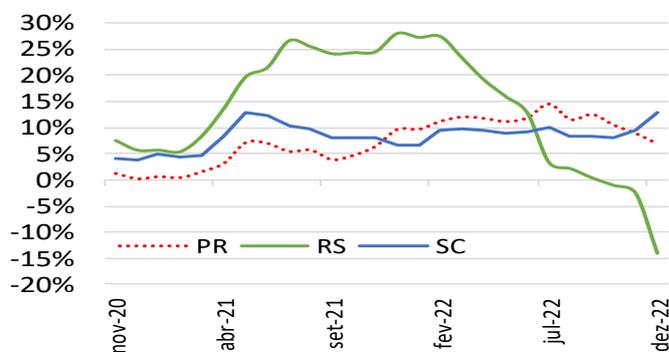
Receitas Correntes

Em R\$ Bilhões	Acumulado até Dezembro				
	2022	2021	ΔR\$	Δ% (real)	IBCR
Paraná	80,2	69,5	10,7	5,8%	0,2%
Sul (ex-PR)	132,3	122,0	10,2	-0,8%	1,8*
Sudeste	597,0	536,5	60,6	2,0%	3,5%
Centro-Oeste	153,7	135,4	18,4	4,1%	5,9%
Norte	137,4	114,6	22,9	10,0%	2,3%
Nordeste	289,7	247,6	42,1	7,1%	3,9%
Total	1.390,4	1.225,5	164,9	3,9%	2,9%

Receitas Tributárias

Em R\$ bilhões	Acumulado até Dezembro			
	2022	2021	ΔR\$	Δ% (real)
Paraná	52,5	47,3	5,2	1,6%
Sul (ex-PR)	97,9	93,5	4,4	-4,1%
Sudeste	430,3	398,1	32,2	-1,1%
Centro-Oeste	93,4	86,6	6,8	-1,2%
Norte	62,4	54,3	8,1	5,4%
Nordeste	143,3	131,5	11,8	-0,2%
Total	879,7	811,3	68,4	-0,7%

RCL Δ% real - acumulada em 12 meses



Fonte: RREO, anexo – 3. *Apenas SC e RS. **Desconsidera transferências a municípios e FUNDEB.

Elaboração: ATE/SEFA - PR

2 DESPESAS CORRENTES EMPENHADAS

As **despesas correntes empenhadas** das Unidades Federativas registraram avanço real de 6,0% em 2022, ante um crescimento real de 3,6% em 2021. O crescimento mais intenso das despesas foi disseminado entre as regiões, com destaque para a região **Nordeste** (+10,2%) e **Norte** (10,0%), regiões onde houve elevações reais da despesa em quase todos os estados membros.

A região **Sul (ex-PR)** apresentou o menor crescimento real das despesas correntes em 2022. A Elevação real de 1,7% deve-se as trajetórias opostas das despesas entre Rio Grande do Sul (-4,5%) e Santa Catarina (+12,2%).

O **Paraná** expôs no período crescimento real da despesa de 5,4%, principalmente por influência de Outras Despesas Correntes (+15,3%, Δ real).

As despesas com pessoal das Unidades Federativas avançaram 5,8% em 2022 frente a 2021. Estas despesas foram a principal influência para o crescimento da despesa corrente no exercício. No exercício de 2022, pelo menos 23 UFs anunciaram reajustes ao funcionalismo. (R7, 2022).

Focando na região Sul, nota-se que Santa Catarina (+12,6%) foi o único estado com crescimento expressivo real das despesas com pessoal. O Rio Grande do Sul assinalou variação real de -2,6%, enquanto o Paraná permaneceu praticamente estável (+0,4%).

As despesas correntes, como proporção da receita corrente, apresentaram crescimento em 11 UFs. O maior crescimento foi em Alagoas (+12,6 p.p.); enquanto a maior queda foi no Pará (-6,1 p.p.). No Paraná, houve queda de 1,3 p.p.

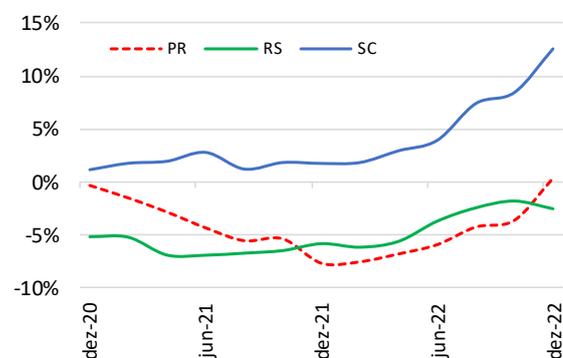
Despesas Empenhadas Correntes

Em R\$ Bilhões	Acumulado até Dezembro			
	2022	2021	Δ R\$	Δ % (real)
Paraná	46,4	40,3	6,0	5,4%
Sul (ex-PR)	83,3	75,0	8,3	1,7%
Sudeste	392,1	344,2	47,9	4,2%
Centro-Oeste	99,5	86,1	13,4	6,0%
Norte	91,7	76,5	15,2	10,0%
Nordeste	191,3	158,7	32,6	10,2%
Total	904,3	780,9	123,4	6,0%

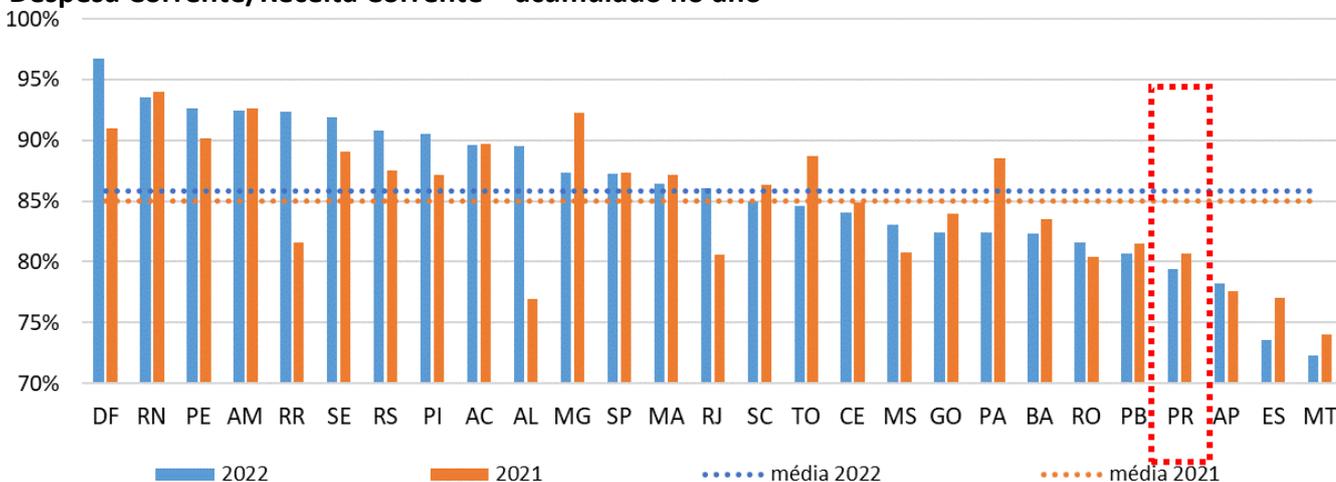
Despesas Empenhadas com Pessoal

Em R\$ Bilhões	Acumulado até Dezembro			
	2022	2021	Δ R\$	Δ % (real)
Paraná	30	27	3	0,4%
Sul (ex-PR)	55	49	6	3,0%
Sudeste	234	201	33	6,4%
Centro-Oeste	61	54	7	3,7%
Norte	54	47	8	7,0%
Nordeste	116	98	18	8,0%
Total	550	475	74	5,8%

Pessoal e Encargos Sociais, Δ % acumulada em 12 meses



Despesa Corrente/Receita Corrente – acumulado no ano



3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Resultado Orçamentário (no ano)

UF	2022	2021	ΔR\$ bi	Δ% real
SP	9,3	5,9	3,4	48,5%
PR	6,6	4,1	2,6	54,4%
RJ	6,5	13,7	-7,2	-55,1%
GO	4,7	0,8	3,9	454,9%
RS	3,3	2,5	0,8	24,0%
MG	2,2	0,1	2,1	1933,0%
PB	1,4	1,3	0,1	0,9%
ES	1,2	1,3	-0,1	-10,3%
AP	0,9	1,5	-0,6	-43,2%
RO	0,9	0,9	0,0	-9,2%
PA	0,8	0,2	0,6	218,1%
MT	0,5	2,3	-1,8	-77,9%
TO	0,5	0,6	-0,1	-25,0%
BA	0,4	4,1	-3,7	-91,1%
MA	0,3	-1,0	1,3	-125,8%
CE	0,3	1,3	-1,0	-81,4%
AM	0,3	0,8	-0,5	-69,2%
SE	0,0	0,6	-0,5	-93,9%
RR	0,0	0,6	-0,6	-94,9%
RN	0,0	0,3	-0,3	-94,5%
PE	0,0	1,6	-1,6	-101,6%
DF	-0,1	1,3	-1,4	-105,6%
AC	-0,3	0,1	-0,3	-562,1%
MS	-0,5	1,3	-1,8	-139,9%
AL	-0,6	-0,8	0,3	-34,3%
SC	-1,2	0,4	-1,6	-369,9%
PI	-1,7	0,8	-2,5	-296,6%
BR	35,9	46,7	-10,8	-27,3%

O **resultado orçamentário** dos estados e do Distrito Federal foi superavitário em R\$ 35,9 bilhões em 2022, uma queda real de 27,3% frente a 2021. Este resultado sugere uma deterioração gradual em curso das finanças estaduais.

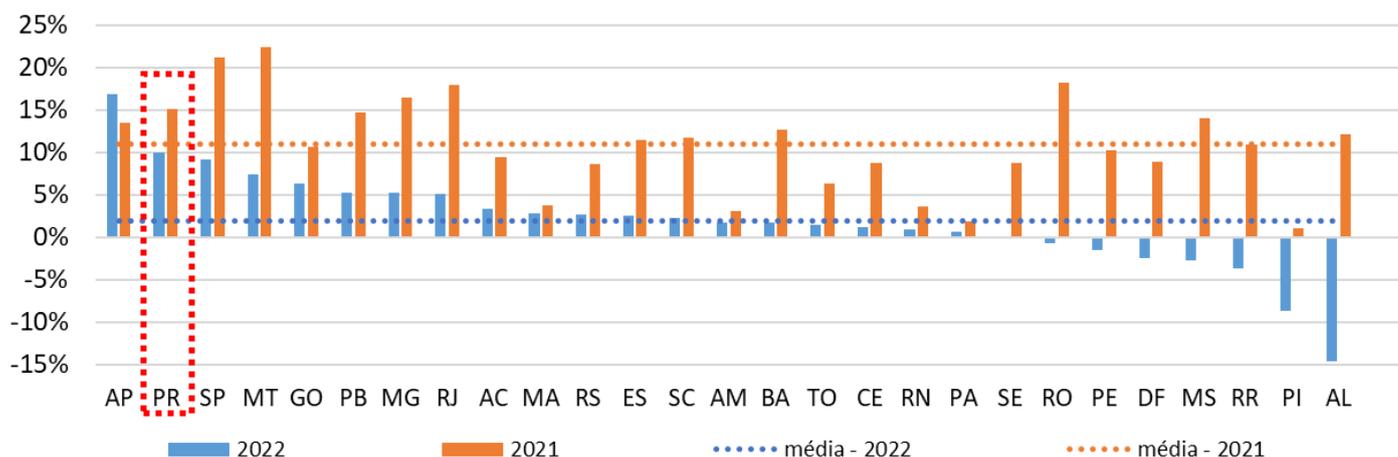
Em 2021, maioria (25) das 27 UFs apresentaram superávit orçamentário no ano. Enquanto no exercício de 2022, o número de Unidades Federativas a apresentar superávit, ainda que seja a maior parte (20), reduziu-se frente ao ano anterior.

Esse movimento acontece devido a mudanças exógenas a dinâmica das finanças estaduais. A aprovação da LC 194/2022 em junho de 2022 obrigou os governos estaduais e distrital a reajustar seus orçamentos com o exercício anterior em curso e com despesas obrigatórias – como *juros e encargos da dívida e pessoal e encargos sociais* – já contratadas.

No Paraná, houve elevação real de 54,4% no superávit orçamentário estadual em 2022. Apesar do crescimento real das despesas correntes em 5,4%, a despesa total cresceu 1,6%. Uma das razões é a retração das *Inversões financeiras* (-76,5%), em decorrência da reclassificação de precatórios como *Outras despesas correntes* no estado. Outro motivo é a queda em *amortização da dívida* (-70,1%) em 2022, devido a amortização da dívida do Governo do Estado com a Copel em 2021, que elevou a base de comparação. As *receitas patrimoniais* (+69,6%), sustentaram um crescimento mais robusto da receita total (+7,9%).

Em porcentagem da RCL, Goiás foi o estado com maior superávit orçamentário em 2022, com um ganho de 10,2 p.p. em relação a 2021. O estado que mais perdeu pontos em relação a RCL foi o Piauí (- 19,3 p.p.). O Paraná aumentou seu superávit orçamentário em 3,4 p.p. em razão da RCL.

Resultado Orçamentário / RCL – acumulado no ano



Fonte: RREO, anexo – 1 e anexo – 3.

Elaboração: ATE/SEFA - PR

4 RESULTADO PRIMÁRIO

O **resultado primário** das Unidades Federativas assinalou queda de 65,0% em 2022 frente a 2021. No ano anterior, todos os estados e o Distrito federal apresentaram superávits primários. Neste ano, sete das Unidades Federativas assinalaram déficit e apenas o Amapá (+28,6%) avançou em termos reais no ano.

A **receita primária** das UFs apresentou variação real -0,1%. O crescimento real das transferências correntes (+13,9%) sobrepôs quase totalmente a queda na arrecadação em termos reais de ICMS.

Pelo lado da **despesa primária paga**, houve avanço real de 7,6% em 2022. O crescimento das despesas primárias ocorreu, principalmente, devido ao avanço dos *investimentos* (+89,4%) e das despesas com *pessoal e encargos sociais* (+7,0%).

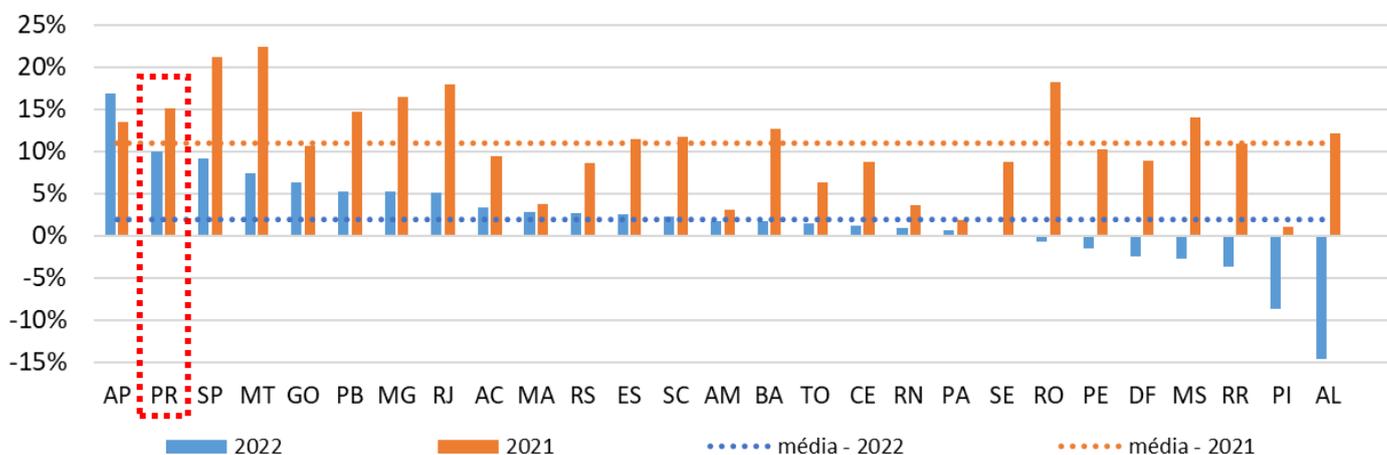
No **Paraná**, a receita primária total registrou elevação real 2,4% no exercício de 2022, enquanto a despesa primária cresceu 4,3% e o pagamento de restos pagar subiu 65,9%. Embora o avanço das despesas pagas não tenha sido desprezível, o estado dispunha de certo espaço fiscal conquistado nos anos anteriores, o que permitiu a consolidação um resultado primário razoável.

Quando considerado o resultado primário em proporção da RCL, o Amapá apresentou o melhor desempenho em 2022, com incremento da RCL de 3,4 p.p. O pior resultado ficou com Alagoas (-26,7 p.p. da RCL). O Paraná reduziu em 5,1 p.p. em termos da RCL seu resultado primário. Isto acontece porque o aumento das receitas do estado foi alicerçado em *receitas patrimoniais* em 2022, que não são consideradas no cálculo do resultado primário, mas são consideradas na RCL.

Resultado Primário (acum. ano)

UF	2022	2021	ΔR\$ bi	Δ% real
SP	21,2	41,9	-20,7	-52,3%
PR	5,6	7,2	-1,7	-27,3%
MG	4,8	13,5	-8,8	-66,8%
RJ	4,6	14,8	-10,2	-70,5%
GO	2,4	3,4	-1,0	-33,5%
MT	2,2	5,5	-3,4	-62,9%
RS	1,4	4,7	-3,3	-72,6%
AP	1,2	0,9	0,3	28,6%
BA	0,9	5,8	-4,8	-84,5%
SC	0,9	3,6	-2,8	-77,6%
PB	0,8	1,9	-1,1	-59,0%
MA	0,6	0,7	-0,1	-15,6%
ES	0,6	2,1	-1,6	-75,6%
AM	0,4	0,6	-0,2	-38,3%
CE	0,4	2,2	-1,8	-84,0%
AC	0,3	0,6	-0,4	-60,1%
PA	0,2	0,5	-0,3	-55,0%
TO	0,2	0,6	-0,4	-72,8%
RN	0,1	0,4	-0,3	-71,3%
SE	0,0	0,8	-0,8	-98,4%
RO	-0,1	1,8	-1,9	-103,8%
RR	-0,2	0,6	-0,8	-136,3%
MS	-0,5	2,2	-2,7	-121,6%
PE	-0,6	3,2	-3,8	-116,6%
DF	-0,7	2,5	-3,2	-127,4%
PI	-1,2	0,1	-1,3	-1072,3%
AL	-1,9	1,5	-3,4	-220,0%
BR	43,4	123,8	-80,4	-65,0%

Resultado Primário / RCL – acumulado no ano



5 DISPONIBILIDADES DE CAIXA (considera todos os Poderes e não faz distinção quanto a vinculação de recursos)

Disponibilidades de caixa (acum. ano)

UF	2022	2021	ΔR\$ bi	Δ% real
SP	43,3	46,6	-3,3	-12,2%
PR	26,0	19,9	6,2	23,9%
RJ	17,4	12,5	4,9	31,3%
MG	12,5	10,3	2,2	15,1%
GO	12,5	8,6	3,9	37,6%
MT	12,2	10,7	1,5	8,1%
BA	11,2	10,7	0,5	-0,9%
RS	8,9	-5,7	14,6	-247,5%
ES	7,5	7,4	0,1	-4,5%
CE	7,1	7,6	-0,5	-11,9%
PB	5,8	5,0	0,8	9,0%
SC	5,7	6,2	-0,5	-13,8%
PA	5,4	4,9	0,5	3,4%
RO	4,6	5,4	-0,8	-19,5%
MS	4,6	5,3	-0,8	-19,1%
PE	3,6	5,3	-1,7	-35,0%
AM	3,6	4,5	-0,8	-23,3%
AP	3,1	6,5	-3,3	-54,3%
DF	3,0	4,0	-0,9	-27,5%
TO	2,7	2,7	0,0	-4,4%
AL	2,6	4,1	-1,6	-41,1%
PI	2,2	3,7	-1,5	-44,4%
RR	1,5	1,9	-0,4	-25,6%
AC	1,3	1,3	-0,1	-9,7%
SE	0,9	1,5	-0,5	-40,0%
RN	0,3	0,6	-0,3	-50,6%
MA	-0,1	0,8	-0,9	-107,1%
BR	209,3	192,1	17,3	3,0%

As **disponibilidades de caixa**, pela metodologia **acima da linha**, atingiram R\$ 209,3 bilhões em 2022, um aumento real de 3,0% frente a 2021. Pela metodologia **abaixo da linha**, divulgada pelo Banco Central, as disponibilidades de caixa dos estados somaram R\$ 198 bilhões em 2022. Vale ressaltar que a diferença entre os números decorre de discrepâncias metodológicas.

Porém, analisando o resultado por Unidade Federativa, observa-se que uma menor parte (7) das 27 UFs incrementou suas disponibilidades de caixa frente a 2021. Entre estas, destaca-se o Rio Grande do Sul. O aumento das disponibilidades de caixa do Governo Gaúcho deu-se em cima do cancelamento de R\$ 14,5 bilhões de restos a pagar.

O **Paraná** ampliou em R\$ 6,2 bilhões suas disponibilidades de caixa, devido ao crescimento nominal na arrecadação de ICMS (+8,4%) e do avanço, em preços correntes, da receita patrimonial (+84,4%).

Quando avaliadas as disponibilidades de caixa como razão da RCL, o estado do Paraná ocupa o primeiro lugar entre as UFs, com um incremento em relação a 2021 de 5,2 p.p. A UF que mais cresceu em termos da RCL no ano foi o Rio Grande do Sul (+28,1 p.p.); enquanto a UF que mais perdeu disponibilidades de caixa foi o Amapá (-53,9 p.p.).

Entretanto, apesar do crescimento no montante total de disponibilidades de caixa, a média das disponibilidades em relação a RCL caiu de 27% em 2021 para 22% em 2022.

Dados os impactos estruturais sobre a arrecadação dos Estados imposta pela LC 194/2022, ao passo que as despesas seguem evoluindo em compasso mais lento pelo ajuste inflacionário (*Efeito Tanzi às avessas*), a boa gestão do Caixa estadual será um fator preponderante para a continuidade das políticas públicas nos próximos anos (para uma análise mais detalhada, ver <http://bit.ly/3tp7els>, página 32, e <http://bit.ly/3Wc4RPi>, página 22).

Disponibilidades de caixa / RCL – acumulado no ano

